

RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.065 - SP (2018/0345633-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : M A R
ADVOGADOS : JOSE LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA - SP107106
GIOVANNA CARDOSO GAZOLA - SP194742
ROSSANA BRUM LEQUES - SP314433
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por M A R, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que negou provimento ao recurso em sentido estrito interposto pelo ora recorrente, mantendo a decisão que negou seguimento ao apelo por falta do pressuposto de admissibilidade.

A defesa aponta a violação do art. 593, II, do Código de Processo Penal alegando, em síntese, que a decisão que o indeferiu o pedido de reconhecimento da imprestabilidade das provas obtidas por meio de interceptações telefônicas seria definitiva e não interlocutória.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 841/845). O Tribunal *a quo* admitiu o recurso especial (e-STJ fl. 848).

Manifestação do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso especial (e-STJ fls. 857/861).

É o relatório. **Decido.**

O recurso não merece acolhida.

Sobre a alegada violação do art. 593 do Código de Processo Penal, o Tribunal de origem assim se manifestou:

Cumpre destacar que a decisão que reconhece a validade de prova não se enquadra em nenhuma das hipóteses legais de cabimento do recurso de apelação, previstas no artigo 593 do Código de Processo Penal, já que não possui natureza de definitiva ou com força de definitiva, por não colocar termo ao processo ou encerrar procedimento incidental, sendo mera decisão interlocutória simples, contra a qual não cabe recurso.

Além disso, a decisão não gera preclusão consumativa, podendo ser revista, a tempo e forma, ate mesmo em revisão criminal.

Diante disso, cabe concluir pelo acerto da decisão do eminente Magistrado, que deixou de receber a apelação interposta, por falta de amparo legal. (e-STJ fl. 822)

O entendimento do TJSP está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior. Confira-se:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO. ART. 593, II DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE DECRETOU A QUEBRA DE SIGILO DE DADOS. INADMISSIBILIDADE. NATUREZA INTERLOCUTÓRIA SIMPLES. OFENSA. ARTIGO 93, XI DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O ato judicial que autoriza a quebra de sigilo telemático, bancário ou fiscal, proferida no curso de investigação, equivale a decisão interlocutória simples, razão pela qual não pode ser impugnada por meio de apelação, sobretudo quando ainda não apreciado o mérito da ação penal.

II - A autorização judicial de quebra de sigilo, em acolhimento à representação da autoridade policial, não extingue processo, não resolve um procedimento de forma definitiva e pode ser reexaminada no mesmo grau, desde que demonstrada a alteração das circunstâncias que autorizaram a medida. Por esta razão, não ostentam a característica de decisões com força de definitiva, para os fins do disposto no art. 593, II do Código de Processo Penal.

III - Trata-se de medida de investigação determinada de forma específica e temporária, o que, inclusive justificou o Legislador Ordinário a estabelecer na Lei 9296/96, que regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da CF/88, que a decisão que autoriza interceptação telefônica, "não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova" (art. 5º).

IV - In casu, a decisão que negou provimento ao recurso especial foi proferida de acordo com a orientação firmada no art. 93, IX da Constituição da República e com as normas processuais incidentes à espécie.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1718330/RS,

Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 15/06/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. APELAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO PELO TRIBUNAL A QUO. ART. 593, II, § 4º, DO CPP. ADOÇÃO DO PARECER MINISTERIAL COMO RAZÃO DE DECIDIR. LEGALIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. STF. AUSÊNCIA DE OMISSÃO.

1. Em essência, a oposição de embargos de declaração almeja o aprimoramento da prestação jurisdicional por meio da integração de julgado que se apresenta omissa, contraditório, obscuro ou com erro material (art. 619 do CPP).

2. O art. 593 do Código de Processo Penal consigna expressamente as hipóteses de cabimento do recurso de apelação. No particular, vê-se que a decisão a quo - de cunho meramente interlocutório, que não põe fim ao processo - não se amolda ao previsto no artigo em comento. Assim, incabível a apelação criminal para impugná-la.

3. A violação de preceitos, dispositivos ou princípios constitucionais revela-se quaestio afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.

4. A questão tratada nos autos foi decidida e fundamentada à luz da legislação federal. Inexiste, portanto, vício consistente em omissão, contradição, obscuridade ou erro material (art. 619 do CPP).

5. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1343956/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe 20/03/2015)

Incidência da Súmula n. 568/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso IV, alínea "a", do CPC c/c art. 255, § 4º, inciso II, do RISTJ e na Súmula n. 568/STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

